

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO
CNPJ: 01.616.688/0001-00

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 20 DE MARÇO DE 2023

Aos 20 (vinte) dia do mês de março de 2023, às 09:50 horas na Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, localizada na Rua Urbano Rocha, sem número, Centro, foi realizada a Audiência Pública sobre a Criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Governador Edison Lobão, com a presença da Dra. Ana Lucrécia, Juíza da 2º Vara de Imperatriz; Dra. Glauce Mara Lima Malheiros, Promotora; Dr. Fabio Carvalho, Defensor Público; Geraldo Braga, Prefeito Municipal; Flavio Soares Lima, Vice-prefeito; André Silva Cardoso, Presidente da Câmara Municipal; João Vitor, Secretário de Assistência Social; Lucas Henrique, Procurador do Município; Luzia Brandão, Coordenadora do CREAS; Raiane, Coordenadora do CRAS; Ariston, Assessor Técnico dos Conselhos; Professora Amélia, Presidente do Sintegeel; vereadores Boaz Bezerra Rocha, Alan Alves de Oliveira Araújo, José Cabral Neto, Juscelino da Silva, Professora Eulalia, Coordenadora da educação Inclusiva do Município; e seguida o Ronaldo Oliveira convidou o Secretário de Cultura Domingos Martins, para que o mesmo faça a leitura Bíblica e uma reflexão da palavra, em seguida o Ronaldo Oliveira passou a palavra para a Dra. Ana Lucrécia para fazer uma saudação, Dra. Ana Lucrécia no uso da palavra cumprimentou e agradeceu a todos os presentes e falou que esse é o primeiro convite que o do Poder Judiciário faz para a comunidade de Governador Edison Lobão para realização de uma Audiência Pública, e que esse é o primeiro de muitos outros, mencionou que a Vara da Fazenda foi instalada não tem 2 anos e que desde a sua instalação a dinâmica/escolha quanto a gestão dos processos de interesse coletivo, será sempre trazer o assunto para ser conversado, discutido e ouvir a população (população referente ao processo), acrescentou ainda que a intenção da 2º Vara da Fazenda Pública é inaugurar um novo tempo, um tempo em que o judiciário estará mais próximo, onde a coletividade será ouvida, e continuou falando sobre o assunto e encerrou agradecendo, em seguida o Ronaldo Oliveira convidou a Promotora Glauce Mara, que no uso da palavra cumprimentou a todos e falou que é uma satisfação enorme ter esta oportunidade de conversar a com a população de Governador Edison Lobão e que ficou muito feliz, quando assumiu essa promotoria ano passado esse processo que gerou e motivou essa audiência pública já estava em tramite, enfatizou dizendo que é muito bom ver esta Casa de Leis atuando em prol da população, acrescentou ainda que o tema hoje é pessoa com deficiência, por que se busca a representatividade das pessoas com deficiência para resguardar os direitos dessas pessoas, como representante no Ministério Público dessas pessoas, luta pela defesa da sociedade e esse é papel dela aqui hoje e agradeceu a Dra. Ana Lucrécia por oportunizar a aproximação da justiça com a população, ao Dr. Fabio pela parceria, que é fundamental, agradeceu ainda ao presidente desta Casa de Leis por recebe-los, o prefeito Geraldo Braga e demais integrante deste mesa, em seguida o Ronaldo Oliveira passou a palavra para o Dr. Fabio Carvalho, que no uso da palavra cumprimentou a todos e falou que a defensoria pública ela se sente representada pela a fala da Dra. Ana Lucrécia e Dra. Glauce Mara, na condição de substitutos processuais

nessa ação é muito importante para a Defensoria Pública e para o Ministério Público ouvir o titular do direito, e o titular do direito não é apenas a pessoa com deficiência e toda a sociedade, acrescentou que é importante todos olharem para essa causa, pois é uma causa de todos, e finalizou dizendo que é estar feliz pela receptividade de todos, em seguida o Ronaldo Oliveira passou a palavra para o Presidente André da Silva Cardoso, que no uso da palavra cumprimentou a todos e falou que o Poder Legislativo está à disposição para atender todas as normas necessárias para que a cidade de Governador Edison Lobão possa desenvolver e o negócio comer a andar, em seguida o Ronaldo Oliveira registrou a presença e convidou para compor a mesa o Sr. Evandro Fernandes, do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologia, em seguida o Ronaldo Oliveira passou a palavra para o Secretário de Assistência Social João Vitor, que no uso da palavra cumprimentou a todos os presentes e falou que é de suma importância esse diálogo com a sociedade e que esse tema é de grande importância para todos e é uma das ferramentas mais importantes para garantir os direitos das pessoas com deficiência, acrescentou ainda que desde que assumiu em Outubro do último ano, teve o desafio de formar junto com a equipe da SEDES todos os conselhos e esse é o único pendente, mas já tem Lei instituída desde de 2018 que define como vai ser a composição e atribuições do mesmo, mencionou ainda que já está marcado um Fórum em abril em parceria com a Defensoria Pública para formar, discutir e fazer a composição desse conselho, e continuou falando sobre o assunto, em seguida Ronaldo Oliveira passou a palavra para o procurador do Município, que no uso da palavra cumprimentou a todos e parabenizou a iniciativa dos órgãos de justiça e acrescentou que a audiência é um importante instrumento importante para o debate de temas relevantes para a sociedade, e que os direitos da pessoa com deficiência e a efetivação desses direitos tem que ser as grandes prioridades e encerrou agradecendo, logo após Ronaldo Oliveira passou a palavra para o vice-prefeito Flávio Soares, que no uso da palavra cumprimentou a todos e parabenizou a toda equipe da SEDES pelo trabalho que vem desenvolvendo no Município, e comentou um pouco sobre os direitos e acessibilidade das pessoas com deficiência, enfatizando que a sociedade tem um papel fundamental para garantir que esses direitos sejam respeitados, e encerrou agradecendo, em seguida Ronaldo Oliveira passou a palavra para o Sr. Evandro Fernandes, que no uso da palavra cumprimentou a todos e se apresentou citando suas características físicas e sua localização no plenário para as pessoas com deficiência visual, e falou que é uma satisfação muito grande fazer parte desse momento que é tão importante para o Município de Governador Edison Lobão, fez menção que o lema dele é “nada sobre nós, sem nós” e que não faz sentido pensar na efetivação/implementação de um conselho sem pessoas com deficiência, e explicou como atua a política pública para pessoas com deficiência e quão é importante a participação de todos nesse movimento, explicou também como funciona e atua o Fórum, e encerrou agradecendo, em seguida Ronaldo Oliveira passou a palavra para o prefeito Geraldo Braga, que no uso da mesma cumprimentou a todos os presentes, e falou que é muito importante esse momento onde o poder público sai do seu espaço e vai até o Município e se sente honrado em recebê-los, falou ainda que o Fórum é grande momento de debate/construção, e que a sociedade tem o papel de participar dessas discursões, acrescentou ainda o que tem o município tem feito para a inclusão e melhoria na acessibilidade para as pessoas e crianças com Deficiência, citou as adequações das escolas para receber os alunos com deficiência, e se sente satisfeito com essas melhorias, e continuou falando sobre o assunto, encerrou agradecendo a toda a equipe que faz um trabalho bem feito para atender as necessidades dessas pessoas, em seguida Ronaldo Oliveira passou a palavra para conduzir a palavra para a Dra. Ana Lucrécia para conduzir a segunda etapa dessa audiência, a Dra. Ana Lucrécia no uso da palavra falou que essa audiência se trata de uma ação civil pública, que foi proposta pelo

Ministério público no ano de 2020, que tem por finalidade não apenas a criação, mas também a instalação/implementação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, mencionou ainda que o Município já tem o conselho formado, faltando apenas a instalação do mesmo, e por esse motivo entendeu-se que era necessário fazer essa audiência pública, agradeceu também presença do Sr. Evandro e afirmou que a presença dele é de suma importância para essa audiência, falou ainda que essa ação é de iniciativa do Ministério público e por essa razão irá passar a palavra para a Promotora Dra. Glauce Mara para que a mesma faça suas considerações sobre o processo e converse um pouco com todos os presentes, em seguida a Dra. Glauce Mara no uso da palavra falou que pegou esse processo em andamento, mas, que foi analisado por ela juntamente com a Defensoria e que tem como objetivo resguardar políticas públicas, enfatizou que o Dr. Joaquim Junior então titular dessa promotoria no ano de 2018, acompanhou essa situação no três Município: Imperatriz, Davinópolis e Governador Edison Lobão, que no entanto, Governador Edison Lobão já tinha conselho criado pela Lei 28/2018, mais não tinha conselho instalado, e desde de então vem se travando uma luta objetivando a instalação do conselho, instalação e regular funcionamento do conselho municipal da pessoa com deficiência, esse procedimento administrativo tem um prazo de duração, no curso desse prazo não teve êxito administrativamente para essa formação/instalação e por isso foi necessário um ajuizamento da Ação Civil pública em 2020, enfatizou que a dificuldade da instalação do conselho se dá por falta da representatividade por parte da sociedade Civil, onde deve haver 10 representantes entre titulares e suplentes, que são composto por 1 representante da Secretaria de Assistência Social, por 1 representante da Secretaria Municipal de Administração, por 1 representante da Secretaria Municipal de Educação, por 1 representante da Secretaria Municipal de Cultura, por 1 representante da Secretaria Municipal de Saúde, que representam o Poder Público e tem o outro lado que representa a sociedade civil, por 1 representante de Entidades de Pessoas com Deficiência Física, Visual, Auditiva, Intelectual, por 1 representante de Entidade de Pessoa com Síndromes, Conduta típicas e/ou Deficiência Múltiplas, por 1 representante dos trabalhadores da Educação, por 1 representante da OAB, por 1 representante das Associações de Moradores, e a dificuldade maior que se tem hoje, é a representatividade de pessoas com Deficiência, pois no município não se tem entidades com registro de CNPJ, e essa audiência tem por finalidade esclarecer a população de Governador Edison Lobão a importância do Conselho, onde a sociedade tem um papel fundamental para colocar esse processo em prática, e continuou comentando sobre o assunto, destacando que enquanto não se tem um resolução, pode ser feito uma alteração legislativa por hora, até que essas entidades sejam criadas com CNPJ, seguindo as burocracias necessárias, que até seja substituído por outra representatividade da sociedade civil, pois precisa ter a paridade na composição desses conselhos, onde se tem competência a ser colocada em prática, e encerrou agradecendo, em seguida a Dra. Ana Lucrécia passou a palavra para o Dr. Fabio Carvalho, Defensor Público, que no uso da palavra cumprimentou a todos, e mencionou que queria fazer alguns destaques, mais sentiu-se profundamente representado pela fala do Ministério Público na pessoa da Dra. Glauce, e o destaque primeiro é o papel dos conselhos de direitos, e fez uma breve explicação sobre democracia, enfatizando que o conselho de direitos é um instrumento de democracia, pois ele permite o acompanhamento das políticas públicas, onde não só escolhe o representante mais também acompanha o que ele estar fazendo, e faz-se isso pelo conselho de direito, e por isso eles são paritários e importantes, e continuou falando sobre o assunto, enfatizando que é necessário ter ações específicas de políticas voltadas para necessidades específicas de cada pessoa, mais todos em razão dos avanços tecnológicos, em razão dos estudos para compreensão dessas deficiências, todos tem condições de exercer cidadania, acrescentou

ainda que todos tem o pleno exercício ou pleno direito de exercer a mobilidade, o direito à educação, o direito à participação política, e um dos primeiros direitos elencados nessa convenção replicados do estatuto das pessoas com deficiência e presente na Lei Municipal, é o direito de participação popular, e todos tem o direito de participar, não somente pessoas com deficiência, mais todas as pessoas, e continuou corroborando sobre o assunto e encerrou agradecendo, em seguida a Dra. Ana Lucrécia passou a palavra para o procurador do município Lucas Henrique, que no uso da palavra cumprimentou a todos mais uma vez, e falou que o Município de Governador Edison Lobão com requerido nesse processo, é até complicado quando é citado para contestar, mais também para resolver/solucionar, mais isso é regra processual, o que importa numa audiência pública como essa, é que se tenha soluções e objetivos propositivos, e se necessário fazer ate mesmo como a Dra. Glauce falou, uma alteração legislativa, e que este município já tem muitas políticas públicas, mas é preciso que a sociedade, principalmente as pessoas com deficiência, participem da construção dessa política, onde se dão por meio desse conselho, enfatizou ainda que compete ao poder público dialogar com a sociedade e juntos trazerem benefícios para as pessoas, e encerrou agradecendo pela oportunidade, em seguida a Dra. Ana Lucrécia considerando o a representatividade do Sr. Evandro, concede fala ao mesmo, que no uso da palavra cumprimentou a todos mais uma vez e falou que se emocionou com as palavras do Dr. Fabio Carvalho e citou a historia de uma senhora chamada Dra. Irenice Candido que lutava pelos direitos das pessoas com deficiência juntamente com ele e hoje se tornou uma pessoa com deficiência, em seguida citou que uma companhia aérea distratou a Dra. Irenice por sua deficiência e que abriu uma ação civil pública coletiva contra essa empresa, para que ela garanta os direitos das pessoas com deficiência em todo o espaço, citou ainda o caso do deficiente que foi atropelado pelo ônibus na Cidade de Imperatriz, que também foi aberto uma ação civil publica contra essa empresa, falou ainda da Associação/Fórum a qual ele faz parte, onde se tem o objetivo de garantir e lutar pelo direitos da pessoas com deficiência, e que tem total disponibilidade para ajudar essas pessoas na capacitação para fazer parte do conselho, e direcionou uma fala para o vice prefeito Flavio Soares para que o mesmo transmita um recado ao prefeito Geraldo Braga, onde coloca o Fórum à disposição do Município para ajudar na formação do conselho municipal da pessoa com deficiência, para quem quer participar, discutir, compreender como é que funciona a política da pessoa com deficiência, e fazem isso voluntariamente, e acrescentou dizendo que o que eles mais querem é que todos as especificidades dessas pessoas sejam respeitadas e de fato os ambientes públicos cumpram suas responsabilidades garantindo uma cidade acessível para todos, e o passo que estar sendo dado aqui hoje é mais que importante, esse momento de debate é para elevar a importância da formação desse conselho para discutir, construir, dialogar a política da pessoa com deficiência, e continuou corroborando sobre o assunto, enfatizando que eles tem o direito ao lazer, cultura e isso é possível de construí e garantir esses direitos, e que essas pessoas tem que participar ativamente, citou ainda que é importante ter um fundo para o Conselho, e encerrou agradecendo pela oportunidade e se colocou mais uma vez a disposição do município, em seguida a Dra. Ana Lucrécia agradeceu pela presença do senhor Evandro, que foi enriquecedora para essa audiência pública, em seguida pergunta se algum componente da mesa que fazer uso da palavra, não tendo manifestação a Dra. Ana Lucrécia passou a oportunidade para o público, com a palavra a Sra. Keila Soares, que no uso da palavra falou que desde de muito nova conviveu com pessoas com deficiência e que retratou os problemas que essas pessoas enfrentam e enfatiza que embora todos saibam dos direitos dessas pessoas esses problemas perpetuam e não há mudanças, falou ainda das dificuldades de acessibilidade do transporte público, mencionou também da burocracia em abrir um CNPJ para a

associação, pois o valor é muito alto e o cartório local não facilita de nenhuma forma a desburocratização, acrescentou ainda dos problemas de infraestrutura da cidade e senhora, não qual não se identificou, relatou que tem um filho com deficiência mental leve, e que seu filho sente a necessidade de cursar uma faculdade, e pede para que seja feito essa inclusão no Município, de uma faculdade ou curso profissionalizante voltado para essas pessoas, enfatizou ainda que seu filho é muito inteligente, mais tem dificuldade na hora de escrever e falar palavras complexas, acrescentou ainda que a quatro anos surgiu a oportunidade de trabalhar na empresa Upper Dog, e com isso desenvolveu ainda mais sua mente, e encerrou agradecendo, em seguida a senhora Diana de Jesus falou que ficou bem atenta quando foi falado anteriormente sobre as Entidades, para que o Conselho seja então efetivado, e percebeu através da fala do Sr. Evandro, que em Imperatriz por ser uma cidade maior, também tem essa dificuldade de abrir CNPJ, falou que imagina que Governador Edison Lobão que esse tempo todo vem se arrastando essa questão do conselho do deficiente, por que tem essa vacância das entidades não formalizadas com CNPJ, enfatizou ainda que se de fato não haver essas entidades com CNPJ para que esse conselho seja efetivado, haveria a possibilidade desse conselho fazer uma regionalização, embora sabendo que a Lei é Municipal e ficou pensativa com relação a isso, em seguida a Coordenadora do CREAS, Luzia Brandão, relatou um problema que enfrenta com sua mãe, que tem deficiência auditiva e que recebia o aparelho auditivo pela Cidade de Imperatriz e que hoje não recebe mais, a mesma afirmou que estar tentando conseguir o aparelho e que falou até com o prefeito Geraldo Braga e que o mesmo falou que poderia da uma ajuda de custo que é o que ele pode fazer, mas que o valor do aparelho é muito alto e que só um custa 9 mil reais, e para ela é muito difícil e pede para que o Ministério Público olhe com carinho para essa situação pois tem muitas pessoas que necessitam dessa prótese, em seguida a professora Suelene cumprimentou a todos e falou que tem uma dificuldade muito grande com relação a BPC, embora a mão da criança tenha todos os laudos contando a deficiência, tem a dificuldade de conseguir esse benefício porque praticamente todos os benefícios são negados, falou também sobre a questão da intersetorialidade, enfatizando que as vezes se trabalha muito isolado, onde a educação trabalha fazendo a educação inclusiva, mas que depende da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Assistência Social, por que tem profissionais que não estão na educação, e que precisa que haja essa parceria intersetorial, em seguida a professora Grazielle do AEE, complementou a fala da professora Suelene, dizendo que nessa questão da saúde principalmente, porque tem muitos suspeitos de deficiência intelectual que são atendidos na sala de recurso, mais que elas não podem laudar, e é preciso que haja essa parceria com a saúde principalmente, para estarem laudando esses alunos com suspeitos de deficiência, relatou também uma situação constrangedora que aconteceu com uma cadeirante devido ao transporte público, onde a mesma estava na parada de ônibus e o ônibus passou e não parou, e que essa situação também acontece com os idosos, os ônibus passam e não param, em seguida o senhor Aguinaldo Santos cumprimentou a todos e falou que essa união que estar acontecendo a partir dessa audiência, vai ser melhor para as pessoas com deficiência, falou que vê as dificuldades dos municípios e que já esteja na promotoria atras de resolver algumas situações, e vê o empenho do gestor municipal, professor Geraldo Braga junto com os vereadores em ajudar essas pessoas, e enfatizou ainda que embora este município seja pequeno, tem muitas vitórias, pois há um empenho por parte do Secretário de Saúde, Jonas Cirilo, em buscar melhorias para essas pessoas e que sempre que necessita de algo é bem recebido e suas necessidades são atendidas, falou também da ajuda que recebeu do prefeito quando precisou fazer fisioterapia na cidade de Imperatriz, e sente agradecido por este momento, em seguida o Junior, conselheiro tutelar

no uso da palavra falou sobre o BPC, que ele vê a dificuldade maior sendo relacionada ao financeiro, onde a mãe tem o interesse em buscar o BPC para os filhos porem ela não tem condições financeiras de arcar com as despesas medicas que é posta pelo INSS, e que inclusive dias atras estava com uma criança autista que precisava do diagnostico pelo neuropediatra, e que só tem 2 neuropediatra para atender toda essa região e ele em conversa com o procurador Lucas Henrique propôs que fosse pago pelo município para que essa criança conseguisse o BPC, é uma despesa a mais para o município, sim, porem a partir do momento que uma mãe tem um BPC já diminui bastante a despesas dentro do município, e pede para que seja criado através dessa audiência um cronograma, que todas crianças tivesse suspeita de deficiência, fosse encaminhado para a Secretaria de Saúde e que a mesma desse prioridade para realizar todos os exames, mesmo que não estivesse disponivel na rede do município, outra sugestão que ele deu foi com relação ao acessibilidade nas calçadas no município, onde as mesmas fosse padronizadas conforme lei, em seguida a Dra. Ana Lucrécia retoma a palavra falando aos presentes a importância do Conselho, e que é uma oportunidade única esse momento de diálogo, e que diante disso alguns pontos podem ser solucionados, e falou com relação ao BPC, pergunta ao Dr. Lucas se a maior parte são processos administrativos ou são judicializados, o Dr. Lucas responde que são administrativos, e então ela fala o ideal seria tentar um diálogo junto ao INSS para ver a possibilidade de tentar viabilizar uma análise mais ágil desses processo, em relação a essa comunicação melhor entre a educação e a saúde, o quê que o município poderia fazer para melhorar essa questão, o Dr. Lucas responde que com relação a intersectorialidade mencionado pela professora Suelene, acredita que seja correto e de fato precisa dessa integração entre as secretarias e se comprometeu de já marcar uma reunião com os secretários de Assistência Social e Saúde para que eles possam integrar e criar mecanismo de troca de informações e ações, em seguida a Dra. Ana Lucrécia passou a palavra para o vice prefeito Flavio Soares, que no uso da palavra falou da importância da inclusão das pessoas com deficiência no meio da sociedade, enfatizando que quando uma pessoa busca pelo direitos das pessoas com deficiência o beneficio não é só para a pessoa deficiente mais sim para todos, e continuou corroborando sobre o assunto, em seguida o Dr. Fabio Carvalho, fez algumas observações bem objetiva com relação a fala da Sr. Keila sobre o transporte público, e falou que estar acompanhando a questão do transporte público em Imperatriz junto com o Ministério público e Promotor Sandro Biscaro e deve ser ajuizado uma ação até próxima semana, a Ratrans além de receber a concessão Município recebe também a do estado e diante disso se pode estudar o problemas que a Ratrans em relação a essa concessão estadual e também verificar a questão sobre as ruas, onde pode ser visto com o prefeito um plano de ação juntamente com o secretário de infraestrutura para identificar esses problemas locais, em relação a associativismo, ele pode conversar com a Dra. Glauce e os Cartórios para verificar quais dificuldades são essas, e que independentemente disso, falou a Keila, para que ela encaminhe diretamente para ele a minuta do estatuto, para que ele possa analisar, comentou também sobre a deficiências mentais e intelectuais relacionadas a escola, já teve uma resposta do Município, mas que pode também ficar acompanhando essa construção de realizar, falou ainda sobre a questão de libras, esta Casa de Leis, já pensar nessa tradução simultânea, em relação ao curso profissionalizante ele pode conversar com a secretaria de Desenvolvimento Social do Município, para que possa viabilizar também juntamente com o Sistema S e que já tem muitas instituições que podem ser articuladas, em relação ao que a Diana de Jesus Falou, que talvez seja o ponto importante dessa audiência, é a composição desse conselho, e colocou na petição pensamentos de alternativa para solução de impasse, e que tem diversas possibilidades, uma delas é e que até colocou na petição normas transitórias, porque geralmente no final das Leis tem

aqueles atos de disposições transitórias, então enquanto não tiver essas associações, poderia colocar para funcionar através de representações independentes da sociedade, mais com o compromisso, pois a associação é importante, e continuou corroborando sobre esse assunto, em relação a deficiência auditiva pontuado pela Luiza Brandão, tem uma ação em tramite sobre essa questão, e acredita que foi em 2017 que essas empresas começaram a ter uma dificuldade no recebimento do repasse desses valores, e em 2020 para 2022 elas suspenderam esses serviços, e há um pedido de preliminar que deve ser analisado nesses próximos dias e que essa ação estar sendo tramitada para resolver esse problema, em relação ao BPC o Dr. Fabio fez uma sugestão, que além do dialogo com o INSS é envolver o Ministério Público Federal, para acompanhar as dificuldades de acesso das pessoas com deficiência aos seus direitos constitucionais, e por fim falou sobre a questão do cumprimento do código de postura do Município, para saber sobre quais são as regras a respeito da construção de calçadas e adequação da sociedade por meio de campanha de respeito das pessoas com deficiência e fiscalização por arte do Município, essas de forma muita objetiva são essas observações feitas e se colocou à disposição à defensoria pública, através de uma iniciativa conjunta com o a Defensoria Pública, Judiciário e ministério público por meio da sala que tem o sistema áudio visual que é baseada na justiça de proximidade, através desse equipamento é possível falar com a promotora de justiça, com o defensor público sem ter que pagar viagem para a cidade de Imperatriz, porquê tem essa sala que pode ser agendada com a promotora, com o defensor público, e através disso pode-se ter o contato com a sociedade civil a respeito dessas demandas de natureza coletiva ou individual, em relação a escola de ensino médio é preciso começar a trabalhar a construção/criação de um protocolo de planos individuais de educação, inclusão não é simplesmente misturar uma pessoa com um modelo de ensino e achar que esse modelo de ensino é para todos, Dr. Fabio citou ainda que tudo o que foi conversado nessa audiência foi registrado em ata, nada impede de ser realizado um acordo, audiência de conciliação, e como todas essas possibilidades estão sendo registradas elas podem ser trazidas a lume para celebração de um acordo com o Município e resolver esse impasse, o Procurador do Município Dr. Lucas Henrique pediu a parte a Dra. Ana Lucrécia, que foi concedido pela mesma e falou que sobre o Código de Obras do Município, que veio fragmentado, que mudam os municípios todas as questões de regras técnicas de edificações já vem no de postura, mas que veio apenas o de obras que é o que realmente importa para essa audiência, citou também que esse projeto de lei estar nas comissões desta casa legislativa e aproveitando a oportunidade pediu para o presidente desta Casa, André Silva Cardoso dá andamento nesse código, e se necessário a depender das discursões até verificar as adaptações necessárias para que possa ser feito um código que atenda as necessidades das pessoas com deficiência, esse projeto estar Câmara tramitando regularmente e que é mais um avanço que pode ser alcançado, em seguida a Dra. Glauce Mara no uso da palavra, falou que todos os questionamentos apresentados, foram explicados/esclarecidos/sugerido tanto pela Dra. Ana Lucrécia quanto pelo Dr. Fabio, pelo menos todos os ponto anotados por ela foram reportados pelo Dr. Fabio, mas reafirmou o que a Dra. Ana Lucrécia falou, da importância da composição/formação do conselho pela paridade é pertinente a sociedade civil, ministério público autor da ação, requerido Município, vamos dialogar para buscar resolução seja com alteração legislativa, constando um dispositivo de disposições transitórias ou alterando o artigo colocando "até que" no dispositivo que já tem, e dizer que vai ter um conselho disso ela não tem dúvidas, e dizer que a despeito de ter um conselho a população também tem fala nos conselhos, não só pelo conselheiros, mas nas reuniões, quando o conselho estiver composto, a população pode falar, nas reuniões mensais podem participar, e por mais que não tenha voto formalmente, mas, os conselheiros podem ouvi-

los. para induzir políticas públicas para atender aos reclames dessa população, e mais uma vez o ministério público agradece a participação de todos, acrescentou ainda que a ação é do ministério público, mas a destinação é da população de Governador Edison Lobão e aproveitou para passar o numero da promotoria para que sejam atendidos sem se deslocar, (99) 99173-4855 esse telefone é o geral da recepção, onde é recebido a mensagem e é encaminhada para a promotoria que tem atribuição para demanda, e encerrou agradecendo, em seguida a Sra. Keila pediu uma resposta com relação ao transporte circular dentro do município, o Dr. Fabio respondeu que dentro do Município a Constituição Federal, ela estabelece como responsabilidade do poder público a realização do serviço direta ou por meio de concessão (contrato), isso é uma atribuição do prefeito, do município, de fazer um estudo, de viabilidade técnica/financeira a respeito da instalação desse serviço com o auxílio da promotoria, da Câmara Municipal que representa o povo e pode ser encaminhado um ofício ao prefeito e que ele tenha a sensibilidade de atender o tamanho dessa demanda, mais que é uma política interna do município e que seja de iniciativa do município, e que é necessário estudar essa situação, a professora Grazielle pediu direito de fala para acrescentar a título de informação que o município tem 6 salas de recurso multifuncional, que atendem crianças da creche ao ensino fundamental maior (nono ano), atendem de forma pedagógica, tem cuidadores que também estão em sala de aula juntamente com esse alunos, para que a inclusão não seja feita apenas em matricular o aluno e deixa-lo na sala de aula, mas que ele também participe das aulas que são ministradas, e afirmou que isso é positivo e que desde 2015 foi formada a primeira sala de recurso com a professora Suelene e eu hoje tem 6 sala, desde a gestão do professor Geral foi formada mais 5 salas que está atendendo no município as crianças com deficiência, em seguida o Dr. Lucas Henrique informou que com relação as fisioterapias, tem dois postos de saúde que estão atendendo, Posto da Vila Getat e Posto do Centro, em seguida o vereador Alan pediu a parte e falou que com relação aos fisioterapeutas, tem dois que atendem uma população de mais de 18 mil habitantes e que ele vê que é insuficiente ter apenas dois fisioterapeutas para atender toda essa demanda, citou ainda que ainda existe uma dificuldade enorme com relação ao diagnostico das crianças, principalmente das que sofrem de algum tipo de transtorno, citou ainda que é importante verificar a possibilidade de buscar convenio com neuropediatra para atender essas crianças que precisam, e que seria necessário manter algum recurso, que poderia ser ate mesmo do FPN, para ajudar no diagnostico precoce dessas crianças e que hoje muitas crianças são direcionadas para a APAE, porém não tem veículo disponível para o levar as mesmas e que muitas famílias tem dificuldade financeiras de ate mesmo pagar as passagens, quanto mais para fazer acompanhamento toda semana na APAE e que seria interessante ter um veículo disponível para levar essas pessoas que precisam fazer esse tipo de acompanhamento e ajudar no diagnostico, e continuou corroborando sobre o assunto, em seguida o conselheiro Junior informou que no município tem disponível uma van que leva as pessoas semanalmente para a APAE e para o CAPs, é preciso apenas que as pessoas que necessitam desse transporte façam um cadastro na Secretaria de Saúde, o vereador Alan corroborou com o Conselheiro Junior, em seguida a Sra. Ana Lucrecia perguntou que alguém deseja se manifestar, a Sra. Rita, na qual não se identificou, comentou a respeito dos fisioterapeutas, tem os profissionais mas não tem local adequado para trabalhar, e a demanda é muito grande, e que sua filha de 1 ano e 7 meses necessita de 3 sessões de fisioterapia e só consegue fazer apenas 1 sessão, por semana, e por isso sua filha estar atrofiando, comentou também a respeito da acessibilidade com transporte, pois a mesma não tem transporte para levar sua filha para consulta com pediatra e raramente o município disponibiliza um carro, acrescentou ainda que sua filha recebe atendimento em sua residência, porem a fisioterapeuta não tem os equipamentos

adequados, em seguida o Dr. Lucas Henrique falou a respeito da mobilidade, sobretudo Imperatriz, como o Dr. Fabio citou, que internamente irão começar a fazer um estudo de viabilidade e quanto a Imperatriz, que o projeto travessia atende o município e que enquanto município vão buscar junto ao projeto alinhamento para verificar e fazer levantamento dessas demandas para que possa melhorar a mobilidade dessas pessoas, em seguida a Dra. Glace Mara falou a respeito dos fisioterapeutas, ela frisou que é de responsabilidade do medico prescrever a quantidade de sessões necessárias e verificar o que está sendo atendido pelo município, e caso não esteja sendo atendido, tem o ministério público e defensoria pública para buscar resguardar por via de recomendação ou por via judicial mesmo, para que essa criança tenha atendimento conforme prescrição medica. Dr. Lucas Henrique acrescentou que embora seja procurador do Município, se coloca à disposição da comunidade, para ajudar as pessoas, o Sr. Aguinaldo no uso da palavra falou que essa audiência aproximou muito a população ao poder legislativo e ao poder executivo, citou ainda que todas as vezes que necessitou de atendimento na rede municipal, nunca foi desamparado, e continuou corroborando sobre o assunto, a Dra. Ana Lucrecia comentou sobre o processo que a Defensoria pública ingressou na 2ª Vara da Fazenda que estar pendente de analise o pedido referente ao fornecimento de aparelhos auditivos aos usuários do SUS, e se comprometeu de analisar o requerimento da defensoria pública ainda essa semana, na oportunidade agradeceu a presença de todos por esse momento e essa audiência pública foi muito proveitosa, onde tiveram a oportunidade não apenas de falar sobre a importância do Conselho, mas, também de dialogar sobre algumas necessidades da comunidade de Governador Edison Lobão, agradeceu de maneira especial ao presidente da Câmara, por ter cedido o espaço, e ter disponibilizado todos os servidores da Casa para auxiliar nesse trabalho, e agradeceu ainda a população, enfatizando que sem a população não existiria audiência pública, não existia dialogo algum, e não tendo mais nada a tratar declarou encerrada a Audiência Pública. Esta ATA foi lavrada e devidamente assinada por mim Bruna Rodrigues de Abreu, auxiliar Legislativo, acompanhada de assinaturas em listagem de presença dos participantes da Audiência Pública. Sala das Sessões da Câmara de Governador Edison Lobão ao 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2022.

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E AUSENCIA DO VEREADOR

AUDIENCIA PUBLICA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA.

ORDEM	VEREADOR	ASSINATURA
01	ALAN ALVES DE OLIVEIRA ARAUJO	Alan Alves de Oliveira
02	ANDRÉ SILVA CARDOSO	André Silva Cardoso
03	BOAZ BEZERRA ROCHA	Boaz Bezerra Rocha
04	CHARLES COSTA LIMA	Charles Costa Lima
05	CLAUDIONE BARBOSA DOS SANTOS	
06	JUSCELINO DA SILVA	Juscelino da Silva
07	GLEISON DA SILVA IBIAPINO	
08	JOSÉ CABRAL NETO	Cabral Neto
09	JOSÉ PAULO DE MOURA JÚNIOR	
10	VALTER DA COSTA SILVA JÚNIOR	
11	ZIVIANE SILVA DE ARAÚJO	

Vereadores Presentes: _____

Vereadores Ausentes: _____

Plenário Freitas Filho, 20 de Março de 2022.

André Silva Cardoso
Presidente da Câmara

Luamirica das Chagas de Moura Lima
Auxiliar Legislativo

Freitas

REGISTRO DE COMPARECIMENTO AUTORIDADES

AUDIENCIA PUBLICA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA.

Freitas

ASSINATURA	Telefone
<i>Flavio Soares Lima</i>	<i>"59" 99210 4368</i>
<i>Domingos Martins de Almeida</i>	<i>(99) 98413-1995</i>
<i>Bartolomeu da Silva</i>	<i>85 8500 7986</i>
<i>Lucas Henrique Gomes Bezerra</i>	<i>99 98473-5813</i>
<i>EVALDO BARBOSA DA SILVA</i>	<i>(99) 98837 9712</i>
<i>Rafael Assis Santos</i>	<i>9 8452.0641</i>
<i>Flavio dos Santos</i>	<i>9 820-2448</i>
<i>Jeraldo Braga</i>	<i>9 96519014</i>
<i>Ana Paula Reis</i>	<i>98418-0818</i>
<i>Jose Wlton Costa Saes</i>	<i>9 8205-9649</i>
<i>Mathheus Soares Carneiro</i>	<i>9 8415-9681</i>
<i>Glauce Maria Lima Malheiros</i>	<i>99156 5805</i>
<i>Suzane P. Maciel</i>	<i>98133-7600</i>
<i>MARCUS PEREIRA DE FREITAS</i>	<i>9 8809-5735</i>
<i>José dos Santos Pinho</i>	<i>98822 5201</i>

Plenário Freitas Filho, 20 de Março de 2023.

Freitas

REGISTRO DE COMPARECIMENTO SOCIEDADE CIVIL

AUDIENCIA PUBLICA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA.

ASSINATURA	Telefone
Galita de Sousa Lima Silva	(99) 999772795
Rosana Ribeiro Sousa Silva	99 988085388
Rita Freitas Santos	(99) 98835-6655
Alexsandro Nascimento da Silva Júnior	(99) 98825-1694
Luís Sáez Dos Santos	(99) 989746942
Renê de Nascimento do Vale	(99) 99164-7582
Josia Gabriel da Silva Costa	(99) 98538-2006
Ruana do Silva Barros	(99) 98480-4813
Fakeliny Moraes Pimentel	(99) 98453-6889
Joselina Lima P. Martins	99 98813 66 79
Joel Pece Berrito	
Jrene Matos Cavalho	99. 9 84759678
Elyssandro dos Fernandes	(99) 98508 1382
Paulo Huel Almeida	(99) 8811-5216
Donellinho Pereira	(99) 981343443
Edson Junior Gomes da Silva	(99) 99101-0940
Janildo Gomes da Silva	(99) 98415-7569
Luana Floriano da S. Sales	
Grazielle Diniz de Menezes	(99) 99228-6465
Helena Helena E. Pereira	(99) 98479 6198
Luiza Magalhães de Souza	(99) 99124-1279
Jefferson Filipe dos Santos Moraes	(99) 98452-0629
Eduarda Cristiney B. Araujo	(99) 98434-4216
Leandro Marques da Cunha	(99) 98477-1251
Antônio S. M. S. Aguiar Junior	99- 39165 6842
Maira Eduarda Fernandes Araújo	(99) 996443154

Plenário Freitas Filho, 20 de Março de 2023.

7/3/23

REGISTRO DE COMPARECIMENTO SOCIEDADE CIVIL

AUDIENCIA PUBLICA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA.

ASSINATURA	Telefone
Dennis Allysos Morais	(99) 98824-2131
Andreia Bandeira Maranhão	(99) 99109-7664
Camembuieira da Silva Alebran	(99) 9649-9884
Juliana Souza Batista	(99) 99904-5006
Suelene Melo de Souza	(99) 98445-3050
Luzia Brandão Santos	99 98521 9500
Leila Soares Costa Junior	99 984372542
Maucine Moreira da Silva	(99) 98818-7039
Angela Silva Machado	(99) 98403-9300
Walmir Leiria Nunes Junior	(99) 99123-0154
Rayane Uena Paiva Rodrigues	
Felipe Paulo de Moura	(99) 98432-4848
Joey Pacheco da Silva	
Sammara Tavares da S. Berto	(99) 98234-7134
Edna da Silva Costa	99 98832-2726
Paula Kauanna de castros	(99) 984369704
Luiza de Cassia B. dos Santos	(99) 99986-5337
Juanete da Silva Ferreira Silva	(99) 99119-6400
Adair Luis Lima	(99) 98844-5072
ARVALDO DOS SANTOS MORAIS	(99) 98499 9533
M ^{te} Laurence B. dos R. P. Morais	(99) 98533-8024
Maria Fátima Costa da Barros	
Aurora Lucia Louca de Moura	
Diana de Jesus Miranda	99 84194722
M ^{te} Gustavo P. Azevedo	99 84262050
Lucas Barros de Almeida	99 88087461

Plenário Freitas Filho, 20 de Março de 2023.

[Handwritten signature]

